



ISSN 1982-3630

SBE

Antropoespeleologia

Boletim Eletrônico da
Seção de História da Espeleologia da SBE

Ano 3 - Nº 31 - 15/04/2010

ACORDO FIRMADO PELO MPE PREVÊ VISITAÇÃO EDUCATIVA E CONTROLADA DE SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE MATOZINHOS

Ações de preservação também deverão ser implantadas pela empresa Lafarge, proprietária do terreno onde fica o atrativo cultural.

Os amantes do patrimônio cultural terão, em breve, a possibilidade de conhecer mais uma das belezas de Minas Gerais. Um acordo assinado nesta semana entre o Ministério Público Estadual (MPE) e a empresa de cimento Lafarge prevê a visita sustentável do sítio arqueológico conhecido como Lapa do Ballet, situado no Município de Matozinhos, há 46 quilômetros de Belo Horizonte. Além de abrir as portas a grupos de estudantes e de pessoas interessadas no assunto, a empresa assumiu o compromisso de adotar medidas para a preservação do local.

No sítio arqueológico, os visitantes e pesquisadores encontrarão paredes e tetos com pinturas rupestres pré-históricas. Um desses desenhos retrataria a fecundidade humana com gravuras indicando um possível ritual de nascimento de uma criança. Ao redor desse patrimônio natural, foram catalogadas 33 cavernas, 98 espécies vegetais, 102 aves, 26 mamíferos e também formações espeleológicas e rios subterrâneos.

Pelo acordo, a empresa Lafarge concordou em criar um sistema de vigilância para evitar o vandalismo causado por invasões e pelo turismo predatório. Também se comprometeu a reativar um viveiro de mudas, criar procedimentos para visita e estudos, implantar placas educativas e informativas e manter uma estrutura de apoio para as pesquisas ambientais. O acordo foi proposto pelo coordenador da Promotoria de Defesa do Patrimônio Cultural de Minas Gerais (CPPC), Marcos Paulo de Souza Miranda, e pelo promotor de Justiça de Matozinhos Geraldo Magela Lopes.

Os dois informaram que "a gruta é um dos mais importantes sítios arqueológicos rupestres do país". Ainda segundo eles, os termos do acordo foram elaborados com base em manifestações técnicas do Centro Nacional de Estudo, Proteção e Manejo de Cavernas (Cecav) pelos Institutos Estadual e Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico (Iepha e Iphan), Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) e pelo Instituto Estadual de Florestas. (IEF). As instituições indicaram as medidas necessárias para a preservação e a visita controlada do patrimônio natural mineiro.

Também pelo acordo estão previstas ações da empresa para a capacitação dos seus funcionários que receberão os visitantes. Outra medida deverá ser a reativação de um antigo centro de apoio ao meio ambiente. Este local será usado para a realização periódica de exposições, atividades de educação ambiental, patrimonial, científica e acadêmica. A empresa ainda deverá criar material informativo sobre o patrimônio natural da região. A publicação será distribuída aos visitantes.

O sítio arqueológico Lapa do Ballet está localizado num espaço de Reserva Particular de Patrimônio Natural. Ele compõe o Conjunto Arqueológico e Paisagístico de Poções, situado no distrito de Mocambeiro, em Matozinhos. Em 1989, foi tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (Iepha). Essa região está inserida na Área de Proteção Ambiental Carste de Lagoa Santa, unidade de conservação sob responsabilidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), implantada em 1990.

Os grupos interessados em realizar as visitas educativas deverão agendar data e horário com a empresa.

Assessoria de Comunicação do Ministério Público de Minas Gerais - Núcleo de Imprensa - Tel.: (31) 3330-8016 09-03-2010 (Matozinhos - Acordo para preservação de sítio arqueológico)

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais
Rua Timbiras, 2941 - Barro Preto - Belo Horizonte - MG - CEP 30140-062
Telefax: 31-3250-4620

Gustavo Werneck - Estado de Minas

Foi por essas terras, grutas e matas que Luzia, a primeira mulher brasileira, encontrou abrigo e sustento há 11.500 anos. No século 17, o bandeirante Fernão Dias Paes Leme fez de uma tapera sua base e desbravou os sertões em busca de esmeraldas. A região rica em história e recursos minerais atraiu mais gente. O naturalista dinamarquês Peter Lund passou mais de 40 anos em pesquisas e deixou trilhas para estudos sobre os habitantes pioneiros das Américas. A Área de Proteção Ambiental (APA) Carste de Lagoa Santa, na Grande BH, reúne, em 36,5 mil hectares, o Parque Estadual do Sumidouro e um patrimônio natural, paisagístico, paleontológico, arqueológico e cultural sem limites. Com 20 anos de criação, a unidade vinculada ao Instituto Chico Mendes teve avanços nos últimos dias: a legitimação do seu conselho consultivo e a assinatura de termo para proteção e visitação da Gruta do Ballet, joia de pedra com pinturas rupestres. Mesmo assim, ambientalistas e estudiosos querem mais, como fiscalização e gestão efetiva, para garantir a integridade de uma região frágil e sujeita a impactos que podem destruir os seus tesouros.

O cenário não poderia ser mais deslumbrante, como se fosse talhado no calcário. Cavernas que parecem não ter fim, pinturas rupestres recriando cenas do cotidiano pré-histórico, encontro do cerrado com vestígios de mata atlântica e a maravilha da Gruta da Lapinha, a única aberta à visitação pública. Nessa região da Bacia do Rio das Velhas e Estrada Real, que engloba parte de Pedro Leopoldo, Lagoa Santa, Funilândia, Matozinhos e Confins, convivem com as belezas uma série de ameaças ao patrimônio natural. Basta mudar o foco do olhar. Na zona rural de Pedro Leopoldo, é possível ver, à beira de uma estrada vicinal, um terreno pertencente à prefeitura transformado em bota-fora, com dezenas de pilhas de pedaços de pedra. Sem respeito às leis e ao meio ambiente, caminhões descarregam, no espaço, rejeitos de pedra lagoa santa, proveniente de 40 empresas da região. Em alguns trechos, para piorar, eles não perdoam nem a lateral das estradas, o que leva o povo a caminhar no meio da rua.

Como o bota-fora se tornou meio terra de ninguém, moradores aproveitam a deixa e também descartam lixo doméstico, o que inclui até tampas de privada jogadas entre os arbustos. Sobre uma das pilhas de rejeitos, o chefe da APA Carste, engenheiro florestal Ivson Rodrigues, diz que a situação preocupa muito, pois os terrenos alvo do descarte têm grande importância ecológica. "São áreas de dolinas ou de recarga de água para o aquífero. As pessoas jogam os rejeitos, os quais vedam essa absorção. Só não sabemos ainda do nível de contaminação para a natureza", diz Ivson, lembrando que o material é descarregado em pontos diferentes, de forma a confundir as autoridades. Há cerca de 15 anos, o local recebeu o entulho de um dique.

Chefe da APA Carste, engenheiro Ivson Rodrigues diz que rejeitos são jogados em locais diferentes para burlar a fiscalização. O caso está na mira da Promotoria de Justiça de Pedro Leopoldo e da Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Supram)/Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad). De acordo com a Prefeitura de Pedro Leopoldo, o depósito do dique foi feito por ordem judicial e, na época, com licenciamento em órgão ambiental. "Quanto aos abusos e despejo de material por clandestinos, a prefeitura já está tomando providências. O material será compactado e recoberto com terra, com posterior plantio, e a cerca que protege a área será reforçada", dizem os técnicos.

A falta de fiscalização é o calcanhar de aquiles da APA Carste, que abriga o maior parque cimenteiro do país, com todas as empresas licenciadas. Segundo Ivson, são apenas cinco funcionários, na unidade, para desempenhar sua atividade na área correspondente a 36,5 mil campos de futebol. "Além da fiscalização, o pessoal tem funções administrativa e técnica. Na equipe não temos um engenheiro químico para laudos. O ideal seria que a APA tivesse medidas mais restritivas, a exemplo de um parque nacional. E também todos os bens naturais tombados", diz o engenheiro florestal. Entre os problemas estão a implantação de empreendimentos clandestinos e chegada de novos loteamentos, favorecida pela expansão do Eixo Norte. "A legitimidade do conselho consultivo, com representantes da sociedade, poderá melhorar o setor de fiscalização. Acreditamos que os integrantes poderão fazer pressão para contratação de novos funcionários, exigir concursos e convênios", acredita Ivson.

Gestão efetiva

Ruim com a APA, pior sem ela", diz o ambientalista Procópio de Castro, mobilizador do Projeto Manuelzão/UFMG para a Bacia do Ribeirão da Mata, da qual é presidente do comitê, e da APA Carste, onde é conselheiro. "A APA Carste só tem plano de manejo e não ferramentas legais para protegê-la. O modelo de gestão não é crível, por isso ela não decola", afirma Procópio. O ambientalista revela que, pelo conceito da sustentabilidade, é preciso conciliar os interesses econômicos, recursos naturais e a vida da população".

O certo mesmo é que “muitos moradores nem sabem o que é APA Carste, desconhecem os seus limites, o uso do solo e outros aspectos. É uma região calcária muito complexa, com uma dinâmica peculiar de águas subterrâneas”, diz a geógrafa Luciana Alt, autora de dissertação de mestrado, na UFMG, sobre análise ambiental nessa área de proteção. Na sua avaliação, faltam divulgação, campanhas educativas e formas de preservação. Lixões como o de Matozinhos não têm tratamento algum e um vazamento de choro pode contaminar águas, que, na sequência, são captadas para abastecimento doméstico, ou chegar à Lagoa do Sumidouro, tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (Iepha/MG).

Muitas casas também dispõem apenas de fossa, com efeitos danosos para o meio ambiente. “A região precisa de uma proteção efetiva, no sentido de ter função de verdade, pois reúne um patrimônio delicado e muito vulnerável, principalmente com toda a expansão urbana do Vetor Norte”, diz Luciana. Ela ressalta que as ações devem contemplar também o entorno da APA, “tão importante quanto a área protegida”.

Sumidouro

Na área cárstica, o Parque Estadual do Sumidouro, de 2 mil hectares, entre Lagoa Santa e Pedro Leopoldo, deverá ser inaugurado em junho, na Semana do Meio Ambiente, adianta Rogério Tavares de Oliveira, gerente da unidade de conservação administrada pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF). Em breve, será montado o canteiro de obras para construção do receptivo turístico na Gruta da Lapinha e de um museu, a ser usado para exposições sobre os habitantes pioneiros do continente.

A proposta é do professor da Universidade de São Paulo (USP) Walter Neves, que faz pesquisas no parque, a exemplo dos estudos, no século 19, de Lund. O trecho é uma das atrações da Linha Lund, conjunto de ações e projetos do governo do estado, ao longo de 120 quilômetros, que integra as grutas ao Museu de Ciências Naturais da PUC Minas, no Bairro Coração Eucarístico, na Região Noroeste de BH. O objetivo é fortalecer o turismo e o conhecimento arqueológico.

Estado de Minas

OPERAÇÃO FECHA MINERADORAS EM MINAS GERAIS

Gustavo Werneck e Simone Lima

Operação comandada pelos ministérios públicos federal (MPF) e estadual (MPE) fechou ontem, em Pains, no Centro-Oeste de Minas, sete mineradoras que atuavam ilegalmente na extração de calcário e dolomito, matéria-prima da indústria produtora de cimento, cal e corretivos de solo. Entre as irregularidades, estão falta de licenciamento ambiental e de plano de lavra, questões trabalhistas, uso inadequado de explosivos e outros. Cinco proprietários ou sócios de mineradoras foram presos e levados para a sede da Polícia Federal, em Divinópolis. “Estamos passando um pente-fino em todos os setores das empresas”, disse o coordenador estadual das Promotorias do Alto São Francisco, promotor de Justiça Fábio Galindo Silvestre. Até sexta-feira, deverão ser vistoriados mais 25 empreendimentos igualmente investigados há oito meses e que apresentam problemas.

A operação Pá de Cal conta com a participação do Ministério Público do Trabalho, Ministério do Trabalho e Emprego, Polícia Federal, Polícia Militar, Comando da 4ª Região Militar e 4ª Divisão do Exército, Departamento Nacional de Produção Minerária (DNPM), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e Ibama, ambos vinculados ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Supram). Nas próximas etapas, seguindo um planejamento, estarão no alvo os municípios de Doresópolis, Iguatama e Córrego Fundo, na mesma região.

Segundo Silvestre, a atividade ilegal em Pains, que reúne 70 mineradoras, e municípios vizinhos ocorre há cerca de 15 anos, sendo muitas as irregularidades decorrentes da falta de fiscalização. “Com isso, as empresas não cumprem as determinações. Em 2002, houve uma grande operação em conjunto dos órgãos federais e estaduais e as empresas firmaram um acordo com o Ministério Público. O problema é que muitas cumpriram as normas, procuraram regularizar-se em todos os aspectos, e outras fizeram exatamente o contrário, sem sofrer sanções dos órgãos”, diz o promotor de Justiça. O objetivo é que a fiscalização interrompa a extração ilegal dos minérios e o trabalho irregular no município. As empresas só voltarão a funcionar depois de adequarem-se às normas ambientais e resolverem suas pendências.

Localizada no Alto São Francisco, Pains detém uma das maiores reservas de calcário e dolomita do país, conhecida como Província Cárstica de Arcos e Pains. A região é rica em sítios arqueológicos e espeleológicos distribuídos em mais de 800 cavernas. Segundo a força-tarefa encarregada da operação, Pains é o município brasileiro com o maior número de cavidades naturais subterrâneas conhecidas. Nesse ambiente, a retirada irregular de rochas calcárias e dolomíticas ocasiona extinção da vegetação nativa, erosão do solo, assoreamento dos cursos d'água, poluição sonora e atmosférica, além da destruição de grutas.

Estudos do Ibama e do Centro Nacional de Estudo, Proteção e Manejo de Cavernas (Cecav), mostram que a água do município poderá esgotar-se em pouco tempo. Conforme as autoridades, a edição do decreto nº 6.640/08 só fez piorar a situação, pois classificou as cavernas pelo grau de relevância, permitindo atividades produtivas naquelas que não foram classificadas no grau máximo. Antes, todas eram consideradas áreas de proteção especial e não podiam sofrer impactos ambientais irreversíveis. O decreto está sendo objeto de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pelo MPF no o Supremo Tribunal Federal.

Conforme os integrantes da operação, o problema é mais grave na mineração feita por pequenos empreendimentos que não têm planos de controle ambiental. O Estado de Minas entrou em contato com a associação de mineradores (Microminas), mas não obteve retorno.

Estado de Minas

Foto do leitor

ALTAR NA LAPA DO TERRA RONCA, GOIÁS



Foto: Juliana Chaves, Grupo Carste de Pesquisas Espeleológicas

**Antes de imprimir
pense na sua
responsabilidade
com o meio
ambiente**

**VENHA PARA
O MUNDO DAS
CAVERNAS**

Filie-se à SBE

Sociedade Brasileira de Espeleologia



**Clique aqui para
saber como se tornar
sócio da SBE**

Tel. (19) 3296-5421

Filiada à



União Internacional
de Espeleologia



FEALC-Federação Espeleológica
da América Latina e Caribe

EXPEDIENTE

SBE Antropoespeleologia é uma publicação eletrônica da
SBE - Sociedade Brasileira de Espeleologia.

Telefone/fax. (19) 3296-5421. Contato: historia@sbe.com.br

Comissão Editorial: Luiz Eduardo P. Travassos (Coordenador),
Isabela Dalle Varela e Rose Lane Guimarães.

Revisão: Delci Kimie Ishida

Todas as edições estão disponíveis em www.sbe.com.br